FUNCIONÁRIO PÚBLICO — READMISSÃO

— Interpretação do art. 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

União Federal *versus* Justiniano da Silva Machado

Apelação cível n.º 2.610 — Relator: Sr. Ministro

ALFREDO BERNARDES

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação cível n.º 2.610, São Paulo, em que é recorrente o Juízo dos Feitos da Fazenda Nacional, apelantes a Fazenda Nacional e Justiniano da Silva Machado e apelados os mesmos:

Acordam os Ministros da 2.^a Turma do Tribunal Federal de Recursos por votação unânime, em desprezar a preliminar de prescrição, e, no mérito, também por unanimidade de votos, em negar provimento aos recursos interpostos para manter a sentença recorrida, tudo na conformidade do relatório e notas taquigráficas retro, que êste integram. Custas *ex-lege*.

Rio, 12 de setembro de 1951. — Henrique D'Ávila, Presidente. — Alfredo Loureiro Bernardes, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Alfredo Bernardes — O autor Justiniano da Silva Machado propõe a presente ação contra a União Federal para ser readmitido no cargo de fiel de tesoureiro, ou em outro equivalente, de que foi dispensado em 31 de agosto de 1931, quando contava quase vinte anos de exercício. Informa que recorreu à Comissão Revisora instituída pelo decreto 254, de 1 de agosto de 1935, obtendo parecer favorável à sua reversão, e, ainda, que requereu, baseado nesse parecer, ao Poder Executivo a sua volta à atividade do serviço, sendo o seu pedido indeferido. Em face do disposto no art. 30 do Ato das Disposições Constitu-

cionais Transitórias da Constituição de 1946, recorre ao Judiciário a fim de ser readmitido no cargo aludido, ou em outro equivalente, condenada, ainda, a União Federal ao pagamento dos vencimentos atrasados, a partir da data da promulgação da Constituição federal, juros da mora, custas e honorários de advogado na base de 20 % sôbre o valor dado à ação (Cr\$... 100.000,00).

A ré contestou a causa, alegando, preliminarmente, a prescrição da ação, por não favorecer ao autor a liberalidade feita no art. 30, n.º II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que veio amparar os demitidos por atos arbitrários do governo ditatorial, não se incluindo o autor entre os exonerados injustificadamente pela simples razão de que era fiel de tesoureiro e fiel de tesoureiro não era propriamente um funcionário federal e sim um empregado de confiança do Tesoureiro, por êste indicado ao Governo para seu ajudante. Não gozavam, assim de estabilidade, os fieis de tesoureiro, até 1935. No mérito, sustentou a improcedência da ação pelas mesmas razões que concluiu pela prescrição. Falta estabilidade ao autor. Era auxiliar de confiança do tesoureiro. Podia ser dispensado pelo exator que o indicara. Mudando o titular da estação arrecadadora, obviamente estava o fiel dispensado automaticamente. Sua dispensa do serviço não foi ilegal ou arbitrária.

Saneado o processo o douto Juiz Cantidiano Garcia de Almeida julgou a ação procedente pela sentença do teor seguinte: (fls. 43 a 46 — lê).

Apelaram autor e ré, esta para obter a decretação da improcedência do pedido, aquêlê para conseguir honorários, negados pela decisão recorrida, e também para que os vencimentos atrasados lhe sejam pagos desde a data da promulgação da Constituição e não da propositura da causa.

Nesta instância o Dr. Subprocurador Geral da República assim se manifestou: (fls. 60 — lê).

E' o relatório.

VOTO

O Sr. *Ministro Alfredo Bernardes* (Relator) — O autor — Justiniano da Silva Machado, antigo fiel de Tesoureiro da Delegacia Fiscal do Estado de São Paulo, foi dispensado de suas funções, em 31 de agosto de 1931, por ordem verbal do novo Tesoureiro, quando contava quase 20 anos de serviço efetivo. Pretende, por meio desta ação, ser readmitido no antigo cargo ou em outro equivalente, pagos os vencimentos atrasados a partir da data da promulgação da Constituição federal de 1946.

À pretensão do autor opõe a ré — União Federal — a preliminar de prescrição da ação.

Não dou pela preliminar, também repelida em 1.^a instância. Apura-se dos autos que tendo o autor recorrido, tempestivamente, à Comissão Revisora dos atos de afastamento de funcionários de seus cargos e funções públicas, instituída pelo decreto 254, de 1 de agosto de 1935 — dita Comissão opinou pela conveniência de seu aproveitamento, por ser êle funcionário efetivo, com mais de 10 anos de serviço público federal, sem imposição de qualquer penalidade e, por conseguinte, indemissível "*ad nutum*".

O apêlo bem sucedido à Comissão Revisora e a falta de providências do Governo para aproveitá-lo no cargo de que fôra dispensado ou outro equivalente, bastam, por si só, para afastar "quaisquer prescrições" — e para amparar o recurso ao Judiciário.

Rege a espécie o art. 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que assim preceitua:

"Fica assegurado — aos que se valeram do direito de reclamações instituído pelo parágrafo único do art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição, de 16 de julho de 1934 — a faculdade de pleitear perante o Poder Judiciário o reconhecimento de seus direitos, salvo quanto aos vencimentos atrasados, relevadas, destarte, quaisquer prescrições, desde que sejam preenchidos os seguintes requisitos:

II — não ter o Poder Executivo providenciado na conformidade do parecer da Comissão Revisora, a fim de reparar os direitos dos reclamantes.

Ao autor cabe, assim, pleitear na Justiça o "reconhecimento de seus direitos" — relevadas "quaisquer prescrições" — visto como, em tempo próprio, valeu-se do privilégio da reclamação instituído pelo parágrafo único do art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho de 1934 — e, bem sucedido, não providenciou o Governo a sua readmissão no serviço público federal no cargo antigo ou em equivalente.

Rejeito a preliminar de prescrição da ação.

Quanto ao mérito — entendo, como também, entendeu o douto Juiz Dr. Cantidiano Garcia de Almeida, que o parecer da Comissão de Revisão é insuficiente para tornar certos os direitos pleiteados pelo autor. Conforme salientou o eminente Ministro Artur Marinho, o art. 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1934 e reprobção de revisão judiciária, contida no art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934 e relevar a prescrição já consumada. Removido, portanto, o obstáculo do citado art. 18, que impediria o constituinte de 1934 de falar em "direitos, referindo-se ao passado próximo, ficou o constituinte de 1946 com inteira liberdade de restabelecer os direitos dos funcionários afastados durante o regime discricionário que prece-

deu à Constituição de 16 de julho. “Consequentemente”, escreve *Vitor Nunes Leal*, comentando o acórdão dêste Tribunal proferido na apelação cível número 33 — o vigente Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — “não criou *direito novo* para as pessoas indicadas no art. 30 — limitou-se a restabelecer, e com limitações o *antigo direito* que a Constituição de 1934 havia pôsto de lado. A tarefa que o judiciário tem diante de si, ao examinar tais casos é, portanto, um puro julgamento de legalidade a saber, verificar em cada caso se o afastamento havia sido legal ou ilegal. Para isso terá necessariamente, de reexaminar o parecer da Comissão Revisora, pois isto não estava adstrito” ao critério da legalidade, podendo concluir pelo aproveitamento do servidor público em cujo afastamento nenhuma ilegalidade se cometera.

O parecer da Comissão de Revisão não determina, *per se*, a procedência da ação reclamatória; à Justiça cabe apreciar e decidir a causa como fôr de direito, não podendo, assim os interessados repousar tranquilamente em parecer favorável daquela Comissão. Entrando na apreciação do mérito — concluo pela procedência do pedido, confirmando, dêste modo a sentença apelada.

Em prol da estabilidade dos antigos fiéis de tesoureiro de repartições federais, com mais de 10 anos de serviço manifestou-se o Supremo Tribunal Federal, unânimemente, com apoio na lei n.º 2.924, de 5 de janeiro de 1915. O exercício da função pública federal por período superior a dez anos, assegurava estabilidade a tais funcionários, que só poderiam ser destituídos do cargo em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo. Os acórdãos citados e transcritos pelo autor de fls. 37 v. a 39 v. tornam certo o seu direito à estabilidade, frente à mesma jurisprudência.

Na espécie o autor contava quase vinte anos de serviço, sempre assíduo à repartição. Nenhum inquérito admi-

nistrativo o alcançou. Nem sentença judicial. E obteve parecer favorável da Comissão Revisora, negando-se o Governô, todavia, a corrigir a situação.

Assim, nego provimento ao recurso *ex-officio* e à apelação da União Federal para confirmar a sentença de 1.ª instância que assegurou ao autor, Justiniano da Silva Machado, as vantagens do cargo, a contar do chamamento inicial até posterior readmissão em lugar idêntico ou equivalente, com juros da mora e custas em proporção, de acôrdo com o art. 30 do decreto n.º 22.748, de 1933.

Nego também provimento à apelação do autor em que pleiteia honorários de advogado e o pagamento dos proventos do cargo de que foi dispensado, a partir da promulgação da Constituição. Quanto aos honorários porque é evidente que a União Federal, convalescendo prescrição ocorrida em seu favor, não merece a condenação reclamada, máximé tendo-se em conta as dúvidas e incertezas quanto ao estabilidade dos fiéis de tesoureiro existentes ao tempo da dispensa do autor do aludido cargo; e com relação à data do pagamento dos proventos, porque para fazer jús a êles indispensável que se tornasse efetiva a sua reclamação jurisdicional do cargo; assim, a União só ficou em mora no cumprimento da decisão da Comissão Revisora convalescida e restaurada pela Constituição de 1946, da data em que o autor bateu às portas da Justiça postulando a reversão ao pôsto do qual fôra despachado. Isso ocorreu em 3 de outubro de 1949; portanto, tendo o autor se conservado inerte durante mais de três anos, não se pode imputar à União tardança no atendimento da recomendação da Comissão, senão a partir de quando aquela inação cessou.

VOTO

O Sr. Ministro Cândido Lobo (Revisor) — Rejeito a preliminar e *de meritis* nego provimento ao recurso, pois entendo que o Dr. Cantidiano Garcia

de Almeida colocou a questão perfeitamente bem, quer quanto à prova constante dos autos, quer quanto à lei aplicável à espécie, que S. Excelência decidiu com acêrto. O autor tinha cêrca de 20 anos de exercício quando foi demitido como fiel de Tesoureiro que era. Não há *prescrição* porque o ato da *Comissão Revisora* retirou quaisquer prescrições. *De meritis*: Nada há que modificar na decisão recorrida. O que há a verificar é se houve ou não ilegalidade no afastamento. O fiel de Tesoureiro, com mais de 10 anos de exercício é estável, mormente com parecer

favorável da Comissão Revisora. Não há lugar na espécie a honorários.

Aos recursos: nego provimento.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

Desprezada a preliminar de prescrição; negou-se provimento aos recursos interpostos para manter a sentença recorrida. Decisão unânime. Os Srs. Ministros Revisor e Artur Marinho votaram de acôrdo com o Relator. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Henrique D'Ávila.